

BOLETIM 232

Brasília, 20 de outubro de 2016

FETRACONSPAR realiza eleições para renovação da diretoria

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná – FETRACONSPAR, presidida pelo companheiro Geraldo Ramthun, realizou hoje, no último dia 6 de outubro, eleições para a composição da Diretoria, do Conselho Fiscal, da Delegação Confederativa e respectivos suplentes, nos termos do Estatuto Social vigente.

Após a eleição, iniciou-se a apuração dos votos. Dos 39 sindicatos filiados, 37 estavam aptos a votar, mas um justificou a sua ausência, sendo destinados 36 votos à chapa única inscrita – “União e Luta” - para o mandato que se estenderá de 2016 a 2020.

Segundo o presidente Geraldo Ramthun, a FETRACONSPAR “deu mais uma demonstração de unidade e de compromisso com os trabalhadores da construção e do mobiliário que representa, com a construção unitária, através dos sindicatos filiados, de uma solução para a direção da entidade para os próximos 4 anos”.

CONTRICOM – O presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, cumprimentou a direção da FETRACONSPAR “pela realização das eleições num clima de harmonia e de unidade, o que só irá fortalecer ainda mais a luta de nossa categoria no importante Estado do Paraná”.



Imagens do processo eleitoral que culminou com a escolha da direção da FETRACONSPAR para o quadriênio 2016-2020.



Confira a Chapa Eleita:

DIRETORIA	EFETIVOS	SUPLENTE
Presidente:	Geraldo Ramthun	Gilmar Carlos Lisboa
1º. Vice-Presidente:	Reinaldim Barboza Pereira	Lotário Claas
2º. Vice-Presidente:	Carlos Roberto da Cunha	Claudir dos Santos
Secretário Geral:	Sirlei César de Oliveira	Osmar Kriger
Secretário Geral Adjunto:	Roberto Leal Americano	Almir Guedes Fernandes
Secretário de Finanças:	Denilson Pestana da Costa	Leandro de Freitas
Secretário Adjunto de Finanças:	José Orlando dos Santos	Nilton Antunes Betim
Secretário de Formação Sindical:	Altamir Laureano da Silva	Cornélio Ferreira
Secretário Adjunto de Formação Sindical:	Rita de Cássia Assis Santos	Nilton Pereira Campos
Secretário de Cultura e Esportes:	Ronaldo Winklam	Rainier Douglas Kaminski
Secretário Adjunto de Cultura e Esportes:	Climar Ribas dos Santos	Laureno Grunevald
Secretário de Assuntos Sindicais:	Domingos Oliveira Davide	Samuel Soares dos Santos
Secretário Adjunto de Assuntos Sindicais:	Celso Domingues Lopes	Ademir Fogaça

Secretário de Saúde, Segurança e Previdência Social:	Jorge Moraes	Vicente Ferreira de Lima
Secretário Adjunto de Saúde, Segurança e Previdência Social:	Marcos Antonio Beraldo	Josué Prestes de Oliveira
Secretário para Assuntos Internacionais:	Antonio Barros França	Ismael Silva da Cruz
Secretário Adjunto para Assuntos Internacionais:	Sebastião Lima da Silva	Joel Luiz Santos
CONSELHO FISCAL – EFETIVOS		
João Carlos da Silva Machado		
José Caetano Ferreira		
Paulo dos Santos Ferreira		
Ilson Kondratoski		
José Ávido Pacheco		
CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CONTRICOM - EFETIVOS		
Reinaldim Barboza Pereira		
Ademir Dias		

Fonte: FETRACONSPAR/CONTRICOM

Centrais definem agenda de mobilizações

Todas as centrais sindicais, exceto a CSB, se reuniram na tarde desta quarta (19) para definirem uma extensa pauta de ações, mobilizações e protestos.

Participaram CUT, UGT, Força Sindical, Nova Central, CTB, CGTB e Intersindical. As Centrais Sindicais definiram uma agenda para as mobilizações contra os atos do governo que



atingem diretamente os trabalhadores, com ataques a direitos e conquistas.

João Carlos Gonçalves (Juruna), secretário-geral da Força Sindical, disse que “o encontro foi importante para fechar um calendário de lutas”. Segundo Juruna, ficou decidido que “qualquer negociação passa pela não retirada de direitos”. “É necessário fazer uma grande mobilização dos trabalhadores”, afirma o sindicalista.

O secretário geral da UGT, Canindé Pegado, informa que foram marcadas duas datas para manifestações. “Uma no dia 11 de novembro, por categorias que já estão mobilizadas, com possibilidade de paralisações a critério de cada setor. Até o dia 25 de novembro será feita uma avaliação e uma convocação mais abrangente envolvendo mais categorias”, afirma o dirigente.

Sérgio Nobre, secretário-geral da CUT, diz que a maior preocupação é a possibilidade de ruptura no sistema de proteção social e previdenciário com o congelamento de gastos por 20 anos, que poderá afetar diretamente os trabalhadores. Segundo ele, “as Centrais entraram em estado de alerta e estão unidas contra as medidas que ferem direitos dos trabalhadores”.

Na sexta (21), será realizada plenária do setor de transporte no Dieese, em São Paulo; na segunda (24), dirigentes sindicais e servidores públicos estarão em Brasília para acompanhar a votação da PEC-241.

As Centrais também estão de acordo sobre a necessidade de mobilizar as sessões estaduais, para a realização de atos nas bases trabalhadoras e também com o objetivo de fazer gestões junto a deputados e senadores nos estados e regiões.

Fonte: Agência Sindical

Senador critica decisão de Gilmar Mendes sobre ultratividade

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou nesta quarta-feira (19) em Plenário a decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, de suspender uma súmula da Justiça do Trabalho sobre convenções ou acordos coletivos salariais.

De acordo com o senador, o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho é de que os trabalhadores têm direito a manter um acordo coletivo já vencido se outro acordo ainda não tiver sido fechado. A regra é conhecida como ultratividade.

A decisão de Gilmar Mendes foi liminar, explicou Paulo Paim, e ainda terá de passar pelo plenário do Supremo.

— Claramente, mais uma vez, o alvo são os direitos dos trabalhadores. Sem ultratividade, a negociação coletiva será precarizada. Não haverá negociação coletiva plena — lamentou.

Fonte: Agência SENADO

PEC 241/16: Maia agenda votação, em segundo turno, para fim deste mês

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), prevê que a votação, em segundo turno, da PEC do Teto dos Gastos

Públicos, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16, poderá ser entre os dias 24 e 25 de outubro. A proposta foi aprovada, em primeiro turno, por 366 votos contra 111, no dia 10 outubro.

A PEC 241/16, do Executivo, congela as despesas do governo federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos. A ideia é fixar um limite para as despesas, podendo ser revisado depois dos primeiros dez anos. Nesse período, o gasto realizado será o do ano anterior corrigido pela inflação (na prática, em termos reais — na comparação do que o dinheiro é capaz de comprar em dado momento — fica praticamente congelado).

Se entrar em vigor em 2017, portanto, o Orçamento disponível para gastos será o mesmo de 2016, acrescido da inflação daquele ano. A medida irá valer para os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário. Pela proposta atual, os limites em saúde e educação só começarão a valer em 2018.

Essa é uma das votações que impediriam a análise em outra data da alteração das regras de repatriação de recursos, de acordo com Rodrigo Maia.

Fonte: Diap

Indústria precisa qualificar 13 milhões de trabalhadores até 2020, diz pesquisa

Pesquisa sobre a formação de mão de obra divulgada nesta quarta-feira (19) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o Brasil precisará qualificar 13 milhões de



trabalhadores em ocupações industriais nos níveis superior, técnico e de qualificação até 2020.

O Mapa do Trabalho Industrial 2017-2020, elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), é uma projeção sobre as necessidades de qualificação do trabalhador da indústria para o período.

Segundo o estudo, será necessário formar 625,4 mil profissionais no ensino superior, mas as maiores demandas serão por formação de técnicos e qualificação técnica, somando 5,1 milhões de trabalhadores. Outros 7,1 milhões deverão ter qualificações básicas.

Os setores que mais vão demandar formação profissional serão: construção (3,8 milhões de trabalhadores); meio ambiente e produção (2,4 milhões); metal/mecânica (1,7 milhão); e alimentos (1,2 milhão). Vestuário e calçados; tecnologias de informação e comunicação; energia; veículos; petroquímica e química; madeira e móveis; papel e gráfica; mineração; pesquisa, desenvolvimento e design estão entre os outros setores com grande demanda.

Para o diretor-geral do Senai e diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi, o



Brasil precisa de um modelo de educação que favoreça o desenvolvimento econômico e social, a exemplo do que é feito em países desenvolvidos. “Temos um grave problema na matriz educacional brasileira. O ensino médio brasileiro está indo no caminho errado e vale fazer essa reflexão”, disse, defendendo a reformulação do ensino médio que está em discussão no Brasil.

A proposta de reestruturação do ensino médio possibilitará que o aluno escolha diferentes trilhas de formação e formação técnica.

“No Brasil, apenas 12% da população adulta têm ensino superior e é importante enxergarmos a formação profissional como um caminho importante para a inserção no mercado e para manter a empregabilidade das pessoas que têm acesso à requalificação”, disse Lucchesi.

Fonte: Agência Brasil

TST quer 'tratamento diferenciado' para Justiça do Trabalho no ajuste fiscal

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, defendeu nesta quarta-feira (19) 'tratamento diferenciado' para a Justiça do Trabalho no ajuste fiscal que o governo pretende promover por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241.

Gandra alegou que a área já sofreu corte drástico de despesas em 2016, uma vez que o Congresso aprovou um orçamento menor do que o que foi solicitado. “Agora, que está se discutindo

o ajuste fiscal, nós temos que ter um tratamento diferenciado, de forma que a 'foto' da Justiça do Trabalho [que servirá de referência para o ajuste] não seja 2016”, declarou o presidente do TST.

Ives Gandra abriu a reunião mensal do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles foi convidado a participar do encontro para tirar dúvidas de membros da Justiça do Trabalho sobre a PEC 241.

A proposta, aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados, limita os gastos públicos à inflação do ano anterior pelos próximos 20 anos.

Ives Gandra disse aos ministros, corregedores e presidentes dos TRTs presentes que o governo encontrou a maneira de “abrir a exceção necessária, mínima, ao Poder Judiciário”. Meirelles, que falou em seguida, mencionou dispositivo da PEC 241 que permite ao Executivo realocar para os demais poderes até 0,25% do seu limite de gastos nos três primeiros anos de vigência.

Fonte: Agência Brasil

CNI: queda dos juros abre caminho para recuperação da economia

A primeira redução da taxa Selic (juros básicos da economia) em quatro anos abre caminho para a volta do consumo e dos investimentos, avalia a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em nota, a entidade informou que a queda de 0,25 ponto percentual, decidida há pouco pelo Comitê de Política Monetária do



Banco Central (Copom), marca o início do ciclo de reduções de juros de que o país precisa para sair da recessão.

Para a CNI, a queda dos juros da economia para 14% ao ano reflete a desaceleração dos preços e a expectativa de que a inflação alcançará o centro da meta, de 4,5%, no próximo ano. “A CNI lembra que a queda dos juros é essencial para a volta do crescimento da economia. A redução da taxa Selic diminuirá os custos do crédito para as empresas e as famílias, melhorando as condições financeiras e estimulando o consumo e os investimentos”, destaca a entidade.

A Confederação da Indústria adverte, no entanto, que a recuperação definitiva da economia brasileira no longo prazo depende da aprovação das medidas de ajuste fiscal. A entidade citou a fixação de limites de crescimento para o gasto público e a reforma da Previdência Social. “Sem o ajuste fiscal, permanecerão as ameaças de insolvência do setor público, e o país continuará convivendo com a insuficiência de recursos para financiar a expansão da economia”, conclui o comunicado.

Fonte: Portal EBC

Senado aprova MP do Setor Elétrico

O plenário do Senado aprovou a Medida Provisória (735/16), conhecida como MP do Setor Elétrico. O texto, que cria facilidades para concessões e privatizações no setor e permite a privatização de empresas distribuidoras estaduais que foram federalizadas, foi aprovado pela Câmara no último dia 11 e segue agora para sanção presidencial.

As discussões da MP se prolongaram pela tarde desta quarta-feira (19), porque senadores de oposição são contra a possibilidade de privatizações de algumas distribuidoras. O texto prevê também medidas para reduzir os custos da União com subsídios ao setor e para facilitar os leilões de energia elétrica.

Fonte: Portal EBC

Trabalhador licenciado dispensado por fechamento de empresa tem direito a estabilidade acidentária

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu de recurso da Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa) contra condenação ao pagamento de indenização a um trabalhador demitido com o encerramento das atividades da empresa durante licença por acidente de trabalho. A decisão segue a jurisprudência do TST no



sentido de que o fechamento da empresa não afasta o direito à estabilidade.

O autor do processo foi contratado pela da Reluz Serviços Elétricos Ltda. para prestar serviços à Celpa. Ele foi vítima de acidente de trabalho em fevereiro de 2014, quando sofreu uma descarga elétrica e caiu de uma altura de cerca de sete metros, fraturando o úmero esquerdo. Quando retornou ao trabalho, em abril de 2015, após se recuperar de uma cirurgia, foi dispensado sem receber indenização pelo período de estabilidade, garantida ao empregado acidentado que recebeu auxílio-doença pelo artigo 118 da Lei 8.213/1991.

A Reluz sustentou, em sua defesa, que a dispensa só ocorreu porque as suas atividades no Pará e nos demais estados se encerraram, cessando a relação contratual. No entanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP) reconheceu o direito ao recebimento da indenização relativa ao salário do período da estabilidade. Segundo o Regional, a estabilidade acidentária, assim como a da gestante, é garantia pessoal ao trabalhador, "para que possa contar com os meios necessários à sua subsistência e à de sua família, apesar do encerramento das atividades empresariais".

Ao condenar a empresa também a indenizar o trabalhador em R\$ 20 mil por danos morais por considerar sua dispensa arbitrária, o TRT entendeu configurados os pressupostos para a responsabilidade civil da empresa: o dano suportado, a culpa do empregador e o nexo de causalidade entre o evento danoso e o ato culposo. "Há de se considerar que a empresa deixou de observar a legislação vigente", observou. "O empregado acidentado foi dispensado, o que, sem qualquer dúvida, causa abalo moral".

TST - A Oitava Turma do TST não conheceu, por unanimidade, do recurso da Celpa, condenada solidariamente com a prestadora de serviço. "Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a estabilidade decorrente de acidente de trabalho prevalece mesmo no caso de encerramento das atividades da empresa", ressaltou a ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, relatora do processo.

Com relação à indenização, Peduzzi assinalou que, segundo o Tribunal Regional, a conduta da empresa afrontou a legislação, importando dano moral. "A inversão do decidido, na forma pretendida, demandaria reexame fático-probatório, vedado pela Súmula 126 do TST", concluiu.

Fonte: TST

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)